

Areia Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Areia Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Areia Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Areia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a receita líquida da Companhia consiste em um componente relevante das demonstrações financeiras; no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou receita de venda líquida de energia no valor de R\$23.053 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 20 de fevereiro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

AREIA ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota explicativa	2019	2018
		2019	2018			
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	4	848	310	12	1.020	117
Contas a receber	5	2.601	2.930	13	9.702	3.145
Impostos a recuperar	7	1.535	1.501		157	121
Estoques		235	218		48	74
Outras contas a receber	11	1.970	848		5.247	-
Total do ativo circulante		7.189	5.807		16.174	3.457
NÃO CIRCULANTE						
Depósitos bancários vinculados	6	-	2.894	12	55	55
Impostos a recuperar	7	1.252	1.820	13	8.793	31.790
Depósitos judiciais		224	247		8.848	31.845
Outras contas a receber	11	666	857			
Imobilizado	9	64.469	69.069		39.954	39.954
Intangível		18	19	14	9.156	6.041
Diferido	10	314	584		49.110	45.995
Total do ativo não circulante		66.943	75.490			
TOTAL DOS ATIVOS		74.132	81.297		74.132	81.297
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Fornecedores						
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Obrigações sociais e trabalhistas						
Obrigações tributárias						
Dividendos a pagar						
Total do passivo circulante						
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores						
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Total do passivo não circulante						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social						
Reservas de lucros						
Total do patrimônio líquido						
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.132	81.297		74.132	81.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	23.053	21.104
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	17	(6.663)	(5.677)
LUCRO BRUTO		<u>16.390</u>	<u>15.427</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.373)	(1.361)
Honorários dos Administradores	17	(348)	(326)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	-	18
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>14.669</u>	<u>13.758</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	549	555
Despesas financeiras	18	<u>(3.038)</u>	<u>(3.864)</u>
Total		<u>(2.489)</u>	<u>(3.309)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>12.180</u>	<u>10.449</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	<u>(863)</u>	<u>(833)</u>
Total		<u>(863)</u>	<u>(833)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>11.317</u>	<u>9.616</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		0,283	0,241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.317	9.616
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>11.317</u>	<u>9.616</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		39.954	46	68	-	40.068	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.616	9.616	
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal		-	481	-	(481)	-	
Destinação para reserva de retenção de lucros		-	-	5.446	(5.446)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais pagos (R\$0,09 por lote de mil ações)	14	-	-	-	(3.689)	(3.689)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		39.954	527	5.514	-	45.995	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.317	11.317	
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal		-	566	-	(566)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,07 por lote de mil ações)		-	-	-	(2.688)	(2.688)	
Dividendos adicionais (R\$0,14 por lote de mil ações)	14	-	-	(5.514)	-	(5.514)	
Destinação para reserva de retenção de lucros		-	-	8.063	(8.063)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		39.954	1.093	8.063	-	49.110	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		11.317	9.616
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	4.900	4.896
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	9	-	35
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	13 e 18	2.535	3.803
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos		450	54
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		329	(120)
Estoques		(17)	(55)
Impostos a recuperar		2.395	1.913
Outras contas a receber		(931)	(371)
Depósitos judiciais		23	7
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		903	(696)
Impostos a recolher		(2.114)	(2.105)
Impostos de renda e contribuição social pagos		227	347
Obrigações sociais e trabalhistas		36	(3)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.688)	(2.038)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>18.365</u>	<u>15.283</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(29)	(81)
Depósitos bancários vinculados		<u>2.894</u>	<u>115</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>2.865</u>	<u>34</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(36.994)	(11.772)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	19.500	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(243)	-
Dividendos pagos	14	(2.955)	(3.997)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(20.692)</u>	<u>(15.769)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>538</u>	<u>(452)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	310	762
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	848	310
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>538</u>	<u>(452)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AREIA ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Areia Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.321.320/0001-92, controlada pela TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP"), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, que tem por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica ("PCH") Areia, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 421, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como produtora independente de energia ("PIE"), implantar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A autorização tem prazo até 21 de janeiro de 2034, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia, em conformidade com o previsto no § 1º-A do Art. 2º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 24 de fevereiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2019, os números mostram o capital circulante líquido negativo, no montante de R\$8.985. No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de debêntures, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, conforme nota 13.

Mecanismo de Realocação de Energia

A Companhia fez opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as Companhias gerem energia acima do contratado). A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 24/02/2031.

Uma vez que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor ("GSF") de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Companhia e o montante do prêmio foi atualizado. A Eletrobras tem o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, o que começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2018 na data-base 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.798 (R\$2.291 em 2018). As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. A Companhia acompanha tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2019, foi reconhecida no resultado o montante de R\$853 (R\$1.116, 2018) referente à provisão de receita do MRE de 2019 contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras em 20 de fevereiro de 2020 as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 10.

Intangível

Formado por gastos com direito de uso de software, que são amortizados pelo método linear.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes.

Nos anos de 2019 e de 2018, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando pode ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

<u>Norma</u>	<u>CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil</u>
<u>Vigência</u>	<u>1º de janeiro de 2019</u>
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos materiais para a Companhia.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	6	3
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>842</u>	<u>307</u>
Total	<u><u>848</u></u>	<u><u>310</u></u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa correspondem a operações em Certificado de Depósito Bancário - CDB com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 104,57% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (109% em 2018).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a vencer	2.601	2.930

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no PROINFA, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização destes recebíveis, nem constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2018</u>
Banco da Amazônia S.A. - BASA	903
Caixa Econômica Federal - CEF	<u>1.991</u>
Total	<u><u>2.894</u></u>

A Companhia possuía aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que foram mantidos até a quitação antecipada dos empréstimos e financiamentos vinculados aos depósitos bancários, com remuneração média equivalente a 93% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI para 2019 (92,4%, em 2018).

Esses depósitos bancários vinculados foram resgatados em função da antecipação dos empréstimos e financiamentos em novembro de 2019. Conforme nota explicativa nº13.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ	293	246
IRRF	299	935
CSLL	371	479
PIS sobre faturamento	288	340
COFINS sobre faturamento	1.329	1.320
ICMS a recuperar	1	1
Outros	206	-
Total	<u>2.787</u>	<u>3.321</u>
Circulante	1.535	1.501
Não circulante	1.252	1.820
Total	<u>2.787</u>	<u>3.321</u>

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Encargos incidentes</u>	<u>2019 Ativo</u>	<u>2018 Ativo</u>
Outras contas a receber			
Companhia Energética Potiguar (a)	sem encargos	857	1.205
Total		<u>857</u>	<u>1.205</u>

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

- (a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2019 foram pagos R\$348 (R\$326, em 2018) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9. IMOBILIZADO

Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	Imobilizado em curso	Veículos	Total
	(*)	(*)		(*)	(*)				
Custo corrigido									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	573	17.199	32	45.265	43.832	2	110	100	107.113
Adições	-	64	3	-	-	14	-	-	81
Baixa	-	(23)	-	(12)	-	-	-	(35)	(70)
Transferências	-	9	3	7	91	-	(110)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	573	17.249	38	45.260	43.923	16	-	65	107.124
Adições	-	10	-	-	-	6	13	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2019	573	17.259	38	45.260	43.923	22	13	65	107.153
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(187)	(5.222)	(28)	(14.072)	(13.917)	(2)	-	(36)	(33.464)
Adições	(24)	(761)	(4)	(1.954)	(1.869)	(1)	-	(13)	(4.626)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	35	35
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(211)	(5.983)	(32)	(16.026)	(15.786)	(3)	-	(14)	(38.055)
Adições	(24)	(761)	(4)	(1.955)	(1.869)	(3)	-	(13)	(4.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(235)	(6.744)	(36)	(17.981)	(17.655)	(6)	-	(27)	(42.684)
Saldo líquidos 31 de dezembro de 2019	338	10.515	2	27.279	26.268	16	13	38	64.469
Saldo líquidos 31 de dezembro de 2018	362	11.266	6	29.234	28.137	13	-	51	69.069

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

10. DIFERIDO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas pré-operacionais	2.695	2.695
Amortização acumulada	<u>(2.381)</u>	<u>(2.111)</u>
Total	<u>314</u>	<u>584</u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento. Foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde a data de entrada em operação da PCH à taxa de 10% a.a. Conforme facultado pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção de parte dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas antecipadas	35	130
Créditos tributários PERT (a)	857	1.075
MRE - Mecanismo de Regulação Energética (b)	1.716	500
Outras contas a receber	<u>28</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.636</u>	<u>1.705</u>
Circulante	1.970	848
Não circulante	<u>666</u>	<u>857</u>
Total	<u>2.636</u>	<u>1.205</u>

(a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.

(b) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2019 a Companhia teve excesso de geração registrando uma receita de MRE.

12. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Engenharia São Patrício	35	32
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	950	-
Outros fornecedores	<u>90</u>	<u>140</u>
Total	<u>1.075</u>	<u>172</u>
Circulante	1.020	117
Não circulante	<u>55</u>	<u>55</u>
Total	<u>1.075</u>	<u>172</u>

- (a) A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
Caixa Econômica Federal (a)	jun/30	TJLP +	-	-	-	-	24.335
(-) Custos de transação		3,7% a.a.	-	-	-	-	-
Subtotal			-	-	-	-	24.335
Banco Bradesco S.A. (c)	nov/21	CDI +	36	9.750	8.938	18.724	-
(-) Custos de transação		0,52% a.a.	-	(84)	(145)	(229)	-
Subtotal			36	9.666	8.793	18.495	-
Banco da Amazônia S.A. (b)	mai/30	10% a.a.	-	-	-	-	11.036
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(436)
Subtotal			-	-	-	-	10.600
Total			36	9.666	8.793	18.495	34.935
Circulante			36	9.666	-	9.702	3.145
Não circulante			-	-	8.793	8.793	31.790
Total			36	9.666	8.793	18.495	34.935

- (a) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 e aditivo de retificação assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$36.000, para execução do projeto de construção da PCH Areia, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% ao ano até o período de carência de 3,7% ao ano a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e programadas para finalizar em junho de 2030, porém ocorreu uma quitação antecipada em 21/11/2019, porém ocorreu a quitação total antecipada do contrato em 21/11/2019.
- (b) Contrato assinado em 10 de abril de 2010, no montante de R\$18.503, para execução do projeto da PCH Areia, com incidência de taxa de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010, e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e programadas para finalizar em maio de 2030, porém ocorreu a quitação total antecipada do contrato em 21/11/2019.
- (c) Refere-se à 19.500.000 debêntures, emitidas na 1ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500, com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.735	41.153	44.888
Juros e variações monetárias provisionadas	3.803	-	3.803
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.038)	-	(2.038)
Amortização dos custos de captação	54	-	54
Transferências	9.363	(9.363)	-
Pagamentos	(11.772)	-	(11.772)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.145	31.790	34.935
Captação de empréstimos	9.750	9.750	19.500
Juros e variações monetárias provisionadas	2.535	-	2.535
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(1.688)	-	(1.688)
Aquisição dos custos de captação	(98)	(145)	(243)
Amortização dos custos de captação	450	-	450
Transferências	32.602	(32.602)	-
Pagamentos de principal	(36.994)	-	(36.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>9.702</u>	<u>8.793</u>	<u>18.495</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	3.028
2021	8.793	3.028
2022	-	3.028
2023	-	3.028
2024 em diante	-	19.678
Total	<u>8.793</u>	<u>31.790</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Foi firmado um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças ("contrato de Garantia") outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis do contrato de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004.

Esses contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Relação de dívida líquida / Ebitda	Menor do que 2,5

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$39.954 e está representado por 39.954.240 ações ordinárias, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.967.968	70
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	11.986.272	30
Total	<u>39.954.240</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída uma reserva legal de R\$566 (R\$481 em 2018).

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração destinou 100% do lucro do exercício, após o pagamento dos dividendos, para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$ 8.063 (R\$5.446 em 2018).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	11.317	9.616
Reserva legal	(566)	(481)
Base para dividendos	<u>10.751</u>	<u>9.135</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>2.688</u>	<u>2.284</u>
Por lote de mil ações	0,07	0,06

Em 2019 e 2018, em função da distribuição de lucros superior aos dividendos mínimos obrigatórios, não houve necessidade de constituição da reserva de dividendos mínimos obrigatórios.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade de ações ordinárias da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	11.317	9.616
Quantidade de ação por lote de mil	39.954	39.954
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,283</u>	<u>0,241</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 23 de abril de 2018, através de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$67 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2017, condicionada à disponibilidade de caixa, os quais foram totalmente pagos.

Em 13 de agosto de 2018, através de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$3.622 referentes à distribuição de dividendos intermediários, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos.

Em 21 de março de 2019, através de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$5.514 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2018, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram pagos R\$2.955.

Saldo dividendos a pagar 2017	308
Dividendos propostos referente a 2018	3.689
Dividendos pagos	<u>(3.997)</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	-
Dividendos propostos referente a 2018	5.514
Dividendos mínimos obrigatórios	2.688
Dividendos pagos	<u>(2.955)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	<u><u>5.247</u></u>

15. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada a PCH. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$224 (R\$247, em 31 de dezembro de 2018). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Desde abril de 2017, em função da publicação da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e do Despacho ANEEL 1.146, de 25 de abril de 2017, a cobrança deste encargo voltou a ser aplicada apenas ao segmento de consumo.

Durante a vigência da regra estabelecida pela Resolução CNPE nº3/2013, a Companhia não percebeu o repasse destes custos pela Eletrobras, que se encontrava protegida por demanda judicial própria. A jurisprudência favorável da Ação Anulatória nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta por Apine e Abragel, reforça a perspectiva de não pagamento deste encargo.

Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$55), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais em andamento ou causas relevantes com perdas possíveis. Desta forma nenhuma provisão para perda foi constituída.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de venda de energia	23.836	21.903
Deduções de venda		
PIS	(139)	(142)
COFINS	(644)	(657)
Total	<u>23.053</u>	<u>21.104</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(580)	(508)
Depreciação e amortização	(4.900)	(4.896)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(409)	(406)
Custos com manutenção e operação	(1.526)	(546)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(4)
Custos e despesas com seguros	(98)	(101)
Despesas com viagens e comunicações	(104)	(117)
Serviços de terceiros	(207)	(186)
Assessoria e consultoria	(449)	(509)
Tributos	(26)	(5)
Outras despesas (receitas)	(81)	(68)
Total	<u>(8.384)</u>	<u>(7.346)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(6.663)	(5.677)
Despesas gerais e administrativas	(1.373)	(1.361)
Honorários dos Administradores	(348)	(326)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	18
Total	<u>(8.384)</u>	<u>(7.346)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	242	271
Outras receitas financeiras, líquidas	307	284
Subtotal	<u>549</u>	<u>555</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(2.535)	(3.803)
Amortização de custo de captação	(450)	(54)
Outras despesas financeiras, líquidas	(53)	(7)
Subtotal	<u>(3.038)</u>	<u>(3.864)</u>
Total	<u>(2.489)</u>	<u>(3.309)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado do exercício de 2019 e de 2018, está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Receita de venda de energia	23.836	21.903
Receita de recontabilização CCEE	677	-
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	(1.798)	(1.116)
Faturamento - lucro presumido	22.715	20.787
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ (8%)	1.817	1.663
Receita financeira (100%)	549	640
Imposto de renda à taxa nominal (25%)	(568)	(551)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL (12%)	2.726	2.494
Receita financeira (100%)	549	640
Contribuição social à taxa nominal (9%)	(295)	(282)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(863)</u>	<u>(833)</u>

20. SEGUROS

A Companhia dispõe de um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Valor Prêmio	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Principais equipamentos de usina e subestação, contra incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos e tumultos.	94.118	188	14/05/2020
Lucros cessantes	Situações de paralização total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro.	21.759		
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	Danos morais, corporais, materiais e ambientais, Administradores, Advogados, Contadores, Risk Managers e Auditores Internos, práticas trabalhistas e tributárias.	15.000	26	27/07/2020

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente Eletrobras, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, que têm efeito nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a este tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

Política de Preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia gera energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar este risco, a Companhia aderiu ao MRE - Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Ativos financeiros</u>		<u>Mensuração contábil</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	848	-	-	848	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2.601	-	-	2.601	
Outras contas a receber	Custo amortizado	1.970	376	290	2.636	
Total		5.419	376	290	6.085	
<u>Passivos financeiros</u>			<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	Custo amortizado	1.020	-	55	1.075	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	9.702	8.793	-	18.495	
Dividendos à pagar	Custo amortizado	5.247	-	-	5.247	
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	157	-	-	157	
Obrigações tributárias	Custo amortizado	48	-	-	48	
Total		16.174	8.793	55	25.022	

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	
<u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u>									
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	4,59%	5,74%	6,89%	(18.495)	(19.334)	(19.556)	(19.768)	
Total empréstimos e financiamentos					(18.495)	(19.334)	(19.556)	(19.768)	
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>									
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	46	48	48	47	
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	796	833	823	814	
Total aplicações financeiras					842	881	871	861	
<u>Receita</u>									
Receita de venda	Baixa do IGP-M	7,30%	5,48%	3,65%	23.836	25.576	25.141	24.706	
Total receita					23.836	25.576	25.141	24.706	
Total líquido					6.183	7.123	6.456	5.799	
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	940	273	(384)

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2019 e de 2018, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não apresentou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$1.751, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor anual de R\$388, com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor anual de R\$1.077, com vigência até 31 de dezembro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor anual de R\$286, com vigência indeterminada.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Exercício de 2019

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.861.

Exercício de 2018

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.756.